



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

JOSÉ ARAÚJO COSTA JUNIOR

**UMA HISTÓRIA LOCAL DO MUNICÍPIO DE DONA INÊS: POSSIBILIDADES
PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE INESENSE**

**GUARABIRA – PB
2024**

JOSÉ ARAÚJO COSTA JUNIOR

**UMA HISTÓRIA LOCAL DO MUNICÍPIO DE DONA INÊS: POSSIBILIDADES
PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE INESENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito à obtenção do título de graduado em História.

Área de concentração: Formação de Professores e Ensino de História

Orientadora: Prof^a. Dra. Luciana Calissi

**GUARABIRA – PB
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837u Costa Junior, Jose Araujo.
Uma história local do município de Dona Inês [manuscrito] : possibilidades para a construção de uma identidade inesense / Jose Araujo Costa Junior. - 2024.
21 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.
"Orientação : Profa. Dra. Luciana Calissi, Departamento de História - CH. "

1. Dona Inês/PB. 2. História local. 3. Ensino de história. I.
Título

21. ed. CDD 981.33

JOSÉ ARAÚJO COSTA JUNIOR

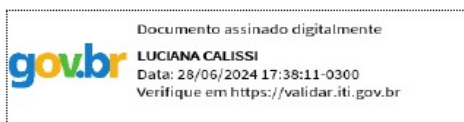
**UMA HISTÓRIA LOCAL DO MUNICÍPIO DE DONA INÊS: POSSIBILIDADES
PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE INESENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a Coordenação do Curso de
História da Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB), como requisito à obtenção do título
de graduado em História.

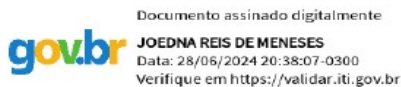
Área de concentração: Formação de
Professores e Ensino de História

Aprovada em: 27/ 06/ 2024.

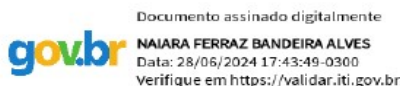
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Luciana Calissi (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Dra. Joedna Reis de Meneses (1º Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Dra. Naiara Ferraz Bandeira Alves (2º Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

UMA HISTÓRIA LOCAL DO MUNICÍPIO DE DONA INÊS: POSSIBILIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE INESENSE

A LOCAL HISTORY OF THE MUNICIPALITY OF DONA INES: POSSIBILITIES FOR BUILDING AN INESENSE IDENTITY

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma história do município de Dona Inês/PB a partir de diferentes fontes, acadêmicas e não acadêmicas, buscando contribuir para a construção de uma identidade de seus habitantes enquanto sentido de pertencimento. Além disso, reconhecer o ensino dessa história local como possibilidade na formação dessa identidade (individual e social). Para tanto, partiremos de uma breve história da Paraíba (Gurjão, 1999, 2021) contextualizando o surgimento do município aqui estudado; depois seguiremos discutindo história local como conceito e concepção, finalizando com a elaboração de uma história de Dona Inês, na perspectiva aqui apresentada.

Palavras-chave: História Local; Ensino de História; Dona Inês/PB.

ABSTRACT

This work presents a history of the municipality of Dona Inês/PB from different sources, academic and non-academic, seeking to contribute to the construction of an identity for its inhabitants as a sense of belonging. Furthermore, recognize the teaching of this local history as a possibility in the formation of this identity (individual and social). To do so, we will start with a brief history of Paraíba (Gurjão, 1999, 2021) contextualizing the emergence of the municipality studied here; then we will continue discussing local history as a concept and conception, ending with the elaboration of a story about Dona Inês, from the perspective presented here.

Keywords: Local History; Teaching History; Dona Inês.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. A HISTÓRIA DE D. INÊS NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DA PARAÍBA: CONSTRUINDO MEMÓRIAS	8
2. HISTÓRIA LOCAL: IDENTIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA COMO CONSTRUÇÃO DO (RE)CONHECIMENTO	11
3. HISTÓRIA LOCAL POSSIBILITANDO PERTENCIMENTO.....	15
CONCLUSÃO.....	19
REFERÊNCIAS	20

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca pensar a construção de um reconhecer de identidade a partir da história local, aqui exemplificada pela História da cidade de Dona Inês/PB. Para tanto, é necessário pensar tanto sua história oficial, a partir de sua emancipação em 1959, como também os fatores da memória local que contam, a partir de uma mitologia, a descoberta de uma mulher de nome Inês que parece ter fugido de sua vida como filha de donos de engenho. Segundo as narrativas, ela teria tirado um rapaz negro, que não se confirma se criança ou adulto, para longe dos grilhões da escravização. Convencionou-se dizer que é um homem adulto e que estavam apaixonados.

Os principais objetivos dessa pesquisa são apresentar uma história desse município a partir de fontes acessíveis, assim como indicar a sua importância para a construção de uma identidade de seus habitantes enquanto sentido de pertencimento. Além disso, reconhecer o ensino dessa história local como possibilidade na formação dessa identidade (individual e social). Assim, justifica-se essa pesquisa como uma contribuição para a construção e valorização dessa memória que deve ser ponte para a educação histórico patrimonial, construindo-se aprendizados sobre as pessoas dessa cidade que contam, por exemplo, as mitologias que circulam. É importante destacar que conhecer os documentos oficiais, que confirmam ou negam aspectos não oficiais dessa história, faz nos reconhecermos enquanto sociedade.

Para o desenvolvimento desse trabalho, algumas obras representaram um aporte teórico importante, como Dantas (2021), Cavalcanti (2018), Bourdin (2001), e Goubert (1988), que discutem o conceito de História Local; Bittencourt (2009) e Barbosa (2010), sobre o ensino, a didática e a História local. Sobre História da Paraíba, Melo e Rodrigues (1993) e Melo (1993), Gurjão e Lima (2021). Além dessa literatura, outras obras ajudaram a elaboração desse trabalho. É muito importante destacar que, sobre a história de D. Inês, as fontes existentes ainda são escassas, e muitas vezes não acadêmicas, como sites oficiais (da prefeitura do próprio município, por exemplo) e não oficiais, o que não as desmerecem, pelo contrário, será também a partir delas que contarei aqui essa história.

Outros trabalhos são igualmente fundamentais para a escrita desse trabalho como o de Sousa (2022), um trabalho de conclusão de curso que revela aspectos culturais do município; sobre a cultura local com enfoque da literatura de cordel de Mariano Ferreira da Costa, parto do escrito de Araújo (2017); sobre o tema e a cultura quilombola marcante para o Município

com a Comunidade Quilombola Cruz da Menina, analisando os trabalhos de Araújo e Araújo (2017), Santos (2022), Silva (2022) e Gouvêa (2023).

O texto a seguir se compõe em três partes: 1) Uma breve história da Paraíba (Melo, 1993; Gurjão, 2021) durante o século XX, para compreender o contexto político e econômico em que Dona Inês foi fundada e inicialmente construída; 2) debate teórico sobre o conceito de História Local, a partir de conceitos sobre local utilizando autores como Dantas (2021), Cavalcanti (2018), Bourdin (2001) e Goubert (1988) são o aporte teórico, além de Bittencourt (2009) e Barbosa (2010); 3) Uma construção da história de Dona Inês e da importância do ensino dessa história local na formação dos sujeitos inesenses.

Entender a função e a importância da história é garantir que somos sujeitos políticos e importantes na construção de nossa própria narrativa individual e coletiva. Começar esse reconhecimento a partir de nosso local é talvez um bom caminho de início. Assim, concluímos que construir nossa identidade a partir da história local, de memórias de nossos (des)conhecidos é possibilitar a garantia de valorização de nossa história, de nossa cidade, podendo ser ampliada de forma regional, nacional e global.

1. A HISTÓRIA DE D. INÊS NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DA PARAÍBA: CONSTRUINDO MEMÓRIAS

A história do município de Dona Inês - PB, se inicia no início do século XX, no período da chamada Primeira República brasileira. A Paraíba, nesse período estava, como todo o Brasil, se formando como estado, e a Constituição de 1891, ditava a organização político territorial do país. As antigas províncias passam a se denominar estados, e cada estado deverá administrar seus municípios, e a Paraíba ainda estava sob o comando de oligarquias regionais. As organizações políticas e o estado começavam a engatinhar nos seus primeiros indícios de modernização de suas cidades (Rodrigues, 1993).

Nesse período, a Paraíba viveu uma instabilidade política devido à forte influência das oligarquias e em 1892 a presidência (governo) do Estado da Paraíba, fica a cargo de Alvares Machado que se revelou um político hábil, dando início a um dos domínios oligárquicos mais longos da Paraíba, até 1912. O período de 1912 a 1915 é marcado pela transição entre as duas oligarquias que dominaram a política paraibana durante a 1ª República, de um lado Walfredo Leal e do outro Epitácio Pessoa, este último que conseguiu colocar quatro nomes para lhe suceder: Camilo de Holanda (1916-1920), Solon de Lucena (1920-1924), João Suassuna (1924-1928) e João Pessoa (1928-1930) (Octávio, 1993; Rodrigues, 1993).

O processo histórico paraibano está relacionado à dinâmica histórica pernambucana-paraibana, e tal processo se dá sob as fortes influências das oligarquias presentes na política que determinavam o contexto social e econômico do próprio Estado da Paraíba, e as disputas entre elas. Nos anos 20, João Pessoa, então presidente (governador) da Paraíba, adotou diversas medidas que geraram insatisfações às velhas oligarquias de Paraíba e Pernambuco, gerando a chamada “Revolta de Princesa”. Esse levante de Princesa contou com o apoio de coronéis do açúcar e do algodão da região do sertão e da cidade de Bananeiras.

A disputa foi violenta e João Pessoa acabou assassinado. Coincidentemente, nesse período, era candidato a vice-presidente da República com Getúlio Vargas. Sua morte foi usada politicamente e, através de notícias deturpadas, ele acabou sendo considerado “herói” do estado e estopim para o Golpe de 1930, quando Getúlio Vargas toma o poder. Mas na verdade, João Dantas assassinou João Pessoa em represália à invasão de sua casa e a publicação de cartas íntimas a mando do candidato à vice-presidência.

João Duarte Dantas, [...] adversário político de João Pessoa, [...], teve sua casa invadida pela polícia que, cumprindo ordens da chefia de João Pessoa, arrombou o cofre de João Dantas, apreendeu documentos, armas e correspondências. [...] que foram anunciadas pelo jornal oficial de forma bastante sensacionalista. Em represália, João Dantas assassinou o presidente João Pessoa que, na ocasião, encontrava-se em Recife, precipitando os atos que impulsionaram a luta armada em 1930 (Gurjão, 1999, p. 75).

Enquanto as elites agrárias brigavam pelo domínio do estado, a economia paraibana era em suma baseada na agricultura e pecuária – gado, algodão, cana-de-açúcar. Deixando algumas vilas e cidades em total descaso econômico. Em Bananeiras, havia algumas propriedades em que se cultivava café, por exemplo. Onde hoje é o município de Solânea era comum a cana-de-açúcar no município e outras vilas, e o algodão na região onde hoje é o município de Dona Inês. Lembrando que esses atuais municípios faziam parte dos limites de Bananeiras. Osvaldo Trigueiro de A. e Melo defende que:

De riqueza mesmo só se falava em relação à Várzea e a Bananeiras. Os engenhos de açúcar ficavam em terras privilegiadas que, embora cultivadas deste o tempo da Capitania, eram periodicamente restauradas, em sua fertilidade, pelas cheias do Paraíba. E o café, mesmo no Nordeste, tinha rentabilidade de lavoura segura e de bons preços, a única que o governo amparava, já o algodão este estava sujeito a oscilações de preço, a seca e a pragas (Melo, 1993, p. 151).

No texto de Osvaldo Melo, o autor vê a importância dada a cidade de Bananeiras quando Dona Inês ainda estava sob sua tutela, também mostra como os políticos percebiam a economia de suas vilas, sem ir além das demandas agrícolas. Osvaldo vê a importância

daquela região para a preservação de uma memória de pertencimento local, a cidade tem a sua história marcada nos anais econômicos, que fez a economia gerar bons frutos. Entre 1955 e 1966, Bananeiras experimentou acentuado crescimento com o cultivo do sisal, cultura que entrou em decadência, quando utilizavam produtos sintéticos. Voltando assim a sua demanda de agricultura de subsistência familiar. A educação da elite era feita na cidade de Bananeiras para as mulheres no colégio Dorotéias regido pelas freiras, e a dos homens era em Recife.

Em 1943, por força do decreto lei 520, o pequeno povoado de Santa Inês passou a condição de Vila, pertencente ao município de Bananeiras. Na divisão administrativa do Brasil, entre 1944 a 1948, Dona Inês ainda figurou como distrito de Bananeiras. A autonomia administrativa ocorreu por força da Lei 2.141, de 19 de junho de 1959, sendo sua instalação oficial em 15 de novembro do mesmo ano, desmembrado de Bananeiras e formando apenas um Distrito, o da Sede, desaparecendo o início do topônimo, ficando com a denominação de Dona Inês.

Mesmo com a emancipação, em 1959, um período que não era eleitoral, o governador nomeou o Sr. José Tomaz de Aquino como prefeito até que se realizasse a eleição no ano seguinte. O seu mandato durou 11 meses. Na primeira eleição, em 1960, venceu o latifundiário bananeirense Mozart Bezerra Cavalcanti, cuja família detinha o poder territorial de quase toda Bananeiras e região, e tinha um irmão deputado, o senhor Clovis Bezerra Cavalcanti (que dá nome a escola estadual de nível médio do município), continuando assim sob o domínio da cidade de Bananeiras.

Mozart Bezerra assumiu o cargo para não deixar o “curral eleitoral” de sua família nas mãos de outro, e fez algumas estruturações na cidade; abriu a avenida que levou o nome do seu pai, Major Augusto Bezerra, e as transversais, José Paulino, Ana da Conceição Melo, José Carolino e Pedro Teixeira, homenageando os pioneiros. Construiu a Prefeitura no local atual, o Mercado Público, o Posto de Saúde, o Grupo Escolar e a estrada que liga Dona Inês a Bananeiras. Implantou a energia elétrica em parte da Av. Manoel Pedro. Mozart renunciou para concorrer à Prefeitura de Bananeiras, e assumiu o seu Vice, o Sr. Francisco Avelino da Silva durante um ano (Octavio, 1993).

Embora oficialmente a cidade tenha se tornado emancipada em 1959, pode-se contar sua história desde muito tempo antes. Tendo em vista que existem discursos memorialísticos e a mitologia da cidade que conta que a mulher encontrada no território e que se chamava Inês vinda de Pernambuco com um menino ou homem negro, protegendo-o ou enamorada dele. Se levar em consideração a Igreja mais antiga da cidade, que data de 1827, entendemos que o território já encontrava movimento humano, como parte do poder político de Bananeiras.

Assim, Inês, que nunca mais foi avistada além daquela primeira vez, teria dado origem a um romance ou cuidado com alguém que a época era pouco reconhecido socialmente.

Se levarmos em consideração que o município de Dona Inês tem um remanescente quilombola nos dias atuais, datado dos anos 1800, podemos concluir que talvez eles tenham se encaminhado para o Quilombo e quando foram encontrados no Cajueiro da cidade estavam fazendo uma parada antes de se encaminharem para o Quilombo. Algo que não está incluso nos discursos ou trabalhos de pesquisa sobre a história da cidade, sendo uma teoria aqui problematizada.

2. HISTÓRIA LOCAL: IDENTIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA COMO CONSTRUÇÃO DO (RE)CONHECIMENTO

Compreender o local como resultado da soma geográfica de onde se vive com as memórias e afetos produzidos em determinado espaço é compreender os principais fatores que marcam o reconhecimento de uma história local como um caminho de pertencimento histórico de todos os sujeitos. O local ganha características de sociabilidade e afeto entre os sujeitos que vivem em determinado espaço, ganhando traços diversos e possibilidades imensas de análise e percepção. Erinaldo Cavalcanti (2018) mapeia um caminho do conceito de local:

A etimologia da palavra nos leva ao latim *localis*. Sua grafia – que pareceria um plural, embora não o seja – já sugere evitarmos apreendê-la ou aprisioná-la em um sentido singular. Sugere que ela desfruta de significados plurais. Ou seja, o local, desde a gestação de sua grafia, é um espaço conceitual polissêmico; é um lugar polifônico. No conhecido dicionário Aurélio, a palavra “local” encontra-se experimentada como sinônimo de “lugar”. De maneira mais detalhada, o primeiro significado atribuído a “local” diz respeito a um sentido “relativo a determinado lugar”. Assim, os significados de “local” estão embrionariamente ligados a uma concepção de lugar e, nessa relação, “lugar” está indissociável de espaço. Ou seja, ao falarmos de local, estamos, concomitantemente, falando de espaço (Cavalcanti, 2018, p. 275).

Para o sociólogo e urbanista francês Alain Bourdin (2001), o “local” é um lugar de sociabilidades, marcado pela proximidade e pela contiguidade das relações entre os sujeitos que as estabelecem. Nessa perspectiva, a “dimensão do local” permite ampliar e compreender a relação entre espaço e ação, ou pensar e problematizar o espaço como lugar de ação, o que coloca, por conseguinte, a relação sujeito/espaço no centro das discussões. Nesse sentido, o “local” seria um recorte eleito por aquele que desejasse refletir sobre as experiências dos sujeitos em espaços sociais delimitados. Portanto, o local, nessa acepção, está sendo instituído pelo professor/pesquisador. É ele o sujeito autor desse espaço conceitual (Cavalcanti, 2018, p. 275).

Dessa forma, Santana e Guisso (2020) se fazem pertinentes para essa perspectiva, levando em conta que refletem o ensino da história local como forte contribuinte na formação dos sujeitos, principalmente de estudantes. Percebendo o local e o ensino da história local como uma comunicação no fazer educacional repensam a situação do conceito a partir da percepção do que é local (e global) na história acaba ganhando dimensões diversas. Defendem que:

O ensino da História é, portanto, global e local em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais – História e Geografia. A história local é concebida como a história dos acontecimentos mais próximos do estudante e da localidade onde ele vive. Por isso, torna-se fundamental refletir sobre o ensino da História Local no processo de aprendizagem (Santana e Guisso, 2020, p. 58).

Dessa maneira, pensar o processo de ensino-aprendizagem a partir do ensino de história local é colocar os sujeitos (alunos) como protagonistas de sua história e na produção de um conhecimento geolocalizado, relacionando o que é local e de pequena área geográfica ao global, que verte sobre disputas políticas constantes. Sobre esse olhar geográfico e dimensional, Dantas (2021), inspirada em Goubert, diz:

se considera a história local um recorte relativamente flexível, com base não apenas em unidades administrativas, noção que já estava presente na conhecida definição elaborada por Pierre Goubert (1988) que, no entanto, enfatizou o local como uma área geograficamente pequena. (Dantas, 2021, p. 15).

Partindo dessa perspectiva, Santana e Guisso (2020), percebem a importância do ensino de História Local como uma chance de ver a história de baixo para cima, assim, defendem que o ensino de História Local deve ser obrigatório.

o ensino de História Local carrega consigo a importância de proporcionar ao indivíduo reflexões sobre a sociedade na qual ele faz parte, além de subsidiar novas possibilidades de leituras do espaço imediato. Tendo como referências as Leis de Diretrizes e Bases (LDB), no qual surgem propostas da inclusão da História Local apontados nos princípios dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) ou orientadas nas Bases Curriculares indicadas pelas Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e municípios do Brasil, evidenciando sua importância (Santana e Guisso, 2020, p. 57).

As referências aos Parâmetros Curriculares Nacionais continuam atuais, pois a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), aprovada em 2017 em substituição aos Parâmetros Curriculares, também evidenciam a história local como necessária para a formação dos alunos. Além disso, a BNCC sugere que

O trabalho com regionalismos e história local são fundamentais para o uso e a análise de unidades temáticas como identidade, cultura, sociedade, território e cidadania. Por meio dessa interlocução, é possível a superação de uma História homogeneizadora, na qual as particularidades são deixadas de lado em nome de uma projeção genérica relacionada às ideias de civilização e nação (BNCC, 2020, p. 399).

Para Figueira e Miranda (2012, p. 115), “História local refere-se ao conhecimento histórico da perspectiva local enquanto objeto de conhecimento e como espaço de referência para o conhecimento”. Se pensarmos essa prática para além do fazer do profissional de História, entendemos que a cultura e a história de um lugar são produzidas e difundidas por todos os sujeitos que habitam o espaço, o que Diehl (2009) configura como um traço da cultura histórica:

Em relação à cultura histórica, parece-me que a gente poderia se aproximar de uma resposta que frisasse elementos constituidores, elementos da constituição da própria reconstituição do passado. Eu acho que cultura histórica tem a ver com a comunidade acadêmica, tem a ver com o próprio passado, tem a ver também com os historiadores não acadêmicos e assim por diante. [...] Nós abandonamos, quando falamos em cultura histórica, um pouco a ideia de que apenas os historiadores profissionais têm a ver com a produção de conhecimento do passado. Quer dizer, esse exercício de reconstituição do passado pode ser feito por uma gama enorme de profissionais ou de não profissionais, como pode também ser feito naquele exercício mais simples de cada um de nós quando nos lembramos do nosso próprio passado. Se eu me lembro do meu passado e tento reconstituir esse passado, eu também diretamente estou produzindo uma cultura histórica, mesmo que seja individual (Diehl, 2009, p. 226-227).

Assim, pensar a cultura e a história de um local é entender cada sujeito em sua individualidade como produtor de narrativas, o que confabula para a produção e divulgação do conhecimento do lugar e de suas especificidades. Assim, fazendo valorar e desconstruir pensamentos que venham de cima para baixo, ou que façam os alunos, e toda comunidade local, a se entenderem melhor enquanto agentes pertencentes e narradores de sua própria história, construindo uma história coletiva mais harmoniosa entre os moradores do lugar. “É importante levar em conta que a história local se associa à identidade social” (Dantas, 2021, p. 97). Juntamente a isso, Circe Bittencourt (2009) defende que a história local é necessária e urgente quando diz:

a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa,

comunidade, trabalho e lazer – igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (Bittencourt, 2009, p.168).

O que garante uma identidade e um pertencimento a partir do ensino de história local é levar os alunos a conhecerem a história de seus parentes e amigos dentro de seu município, além de produzirem memórias e atividades que os levem a reconhecer seu local de vivência como parte de sua formação, valorizando a si e seu entorno. Criando documentos como cartas, diários, fotografias produzidas ao longo de toda a educação para serem fontes de suas próprias histórias, quebrando com a lógica elitista da produção do conhecimento. Entrando em acordo com o que Dantas (2021, p. 95) explica:

Uma reflexão importante para os estudos sobre história local refere-se aos usos do passado e as implicações disso na cultura política. Aceitando que o lugar social interfere no tipo de história produzida, no que concerne às produções de eruditos como Celestino Alves, é interessante notar que a história tende a ser vista pelas elites como forma de legar uma determinada narrativa benéfica à sua imagem perante a sociedade, se dando a partir desse tipo de intencionalidade esforços voltados para a construção da memória local a partir dessa perspectiva, sendo interessante que tais memórias sejam dessacralizadas pela historiografia.

É papel do professor de história dessacralizar esse pensamento, mas também função de toda comunidade produtora da cultura histórica local que o saber social seja ampliado e valorizado por todos. Talvez quebrando com a lógica tradicionalista e elitista de uma história produzida com intencionalidade e parcialidade cientificista, por isso, repensar as linearidades do olhar histórico é importante, pois muitas vezes os afetos e sentidos vividos são mais importantes como ação humana do que a própria noção de tempo estabelecido. Barbosa explicita sobre esse olhar da historiografia local mais tradicionalista:

Uma considerável parcela da historiografia local apresenta-se com formato ainda tradicional, pois assume e desenvolve um tratamento personalista, memorialístico, e sem interações espaciais, em geral, na forma de relatos cronológicos dos fatos com pouca ou nenhuma articulação entre si. Tratam as comunidades regionais e locais como se tivessem um destino linear e evolutivo – congênere da história geral, no sentido do progresso da região, excluindo a ação histórica dos seus variados segmentos sociais formativos, com suas experiências diferenciadas, apontando, quase sempre, para alguns sujeitos que conduzem os destinos das comunidades (Barbosa, 2010, p. 213).

Ao compreender o discutido até então, a História pode ser compreendida com sua importância a partir do momento que os alunos (sujeitos) se colocam em função de agentes históricos, uma oportunidade de criar essa identidade e característica de pertencimento é com

a História Local, que ensina a partir de suas próprias vivências que os seres humanos estão vivenciando coisas em comum e compartilhando saberes, fazeres e desejos diversos.

3. HISTÓRIA LOCAL POSSIBILITANDO PERTENCIMENTO

Como já foi dito, é importante destacar que esse trabalho não apresenta uma história sistemática da cidade de D. Inês. Assim, nessa parte do trabalho, busco reunir as informações sobre essa história, a partir de uma pesquisa a partir de diferentes fontes, como forma de indicar possibilidades para uma história do município, e como possível contribuição para a história, memória e ensino de História. Segundo Circe Bittencourt (2009, p.169) “é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas [...]”. Tomando isso como ponto de partida, a história de Dona Inês aqui elaborada, parte de aspectos geográficos e culturais.

As artes locais têm se feito presentes e a memória local guarda informações sobre a história da cidade. Como podemos ver no Bafafá Notícias (2023), os eventos artísticos agora estão cada vez mais presentes na cidade, o que possibilita que as pessoas contem sobre as memórias deixadas. Segundo o site, os cidadãos contam a história da cidade de Dona Inês da seguinte maneira:

A HISTÓRIA DE DONA INÊS

Foi na Pedreira da cidade, onde antigamente havia um cajueiro, que a uma senhora branca foi se encontrar às escondidas com o seu amor: um homem negro, servo de uma família tradicional. Ela vinha de Pernambuco, após deixar para trás a família tradicional, e era ali – onde hoje é Dona Inês – que vivia o seu amor proibido.

Os relatos de antigos moradores dizem que esta senhora branca tinha ao seu lado um servo negro e ambos foram avistados por vaqueiros de outras regiões que passavam por ali, mas desconheciam o lugar e também a existência de moradores nele.

Antes disso, os vaqueiros apenas passavam pela região e não sabiam que havia alguém povoando o lugar. Foi o amor desse casal – improvável na época por ser uma branca com um negro – que fez surgir a cidade de Dona Inês.

A senhora disse que se chamava Inês e era “senhora de engenho” em outro estado. Ela nunca mais foi vista, mas deixou sua marca na localidade, tornando-se história e nome para o município.

A princípio, por volta dos anos 1800, o povoado fazia parte da cidade de Bananeiras. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Dona Inês pela lei estadual nº 2141, de 19-06-1959, adquirindo assim sua emancipação política e independência econômica (Bafafá Notícias, 2023, n/p).

É importante notar que todo meio de comunicação se faz divulgador importante no conhecimento da história local. Como disse Diehl (2009), a cultura histórica é produzida por todos os sujeitos em uma sociedade.

Em sites como Destino Brejo e o webnode oficial da cidade, podemos encontrar um pouco sobre os espaços turísticos e naturais da cidade, podendo ser utilizados em aulas de campo para melhor reconhecimento do local e da relação de pertencimento dos sujeitos moradores.

Segundo o IBGE (2020), a história de Dona Inês se inicia no século XX, porém, existem debates que se aprofundam um pouco mais no tempo, datando de aproximadamente 1850 o período de movimentação dos povos naquele território que hoje é Dona Inês. A Igreja mais antiga da cidade, tem em sua frente a data de 1852. Segundo o próprio IBGE, a história de Dona Inês é a seguinte:

O Surgimento da colonização de Dona Inês começou no início do século XX, quando se formaram os pequenos sítios e fazendas e, segundo conta a história, os primeiros moradores do lugar foram José Paulino da Costa, Pedro Teodoro da Silva e Pedro José Teixeira.

Contam os mais antigos, que por volta de 1850, vaqueiros que vinham de outras regiões à procura de gado desgarrado, avistaram ao longe uma coluna de fumaça. Achando tal fato estranho, pois julgava-se que o lugar era completamente desabitado, para lá se dirigiram e encontraram, à sombra de um cajueiro, ao lado de uma cacimba, uma senhora de cor branca, tendo como acompanhante um serviçal negro. A senhora disse chamar-se INÊS, que era “Senhora de Engenho” em Pernambuco.

Esta [é a] história contada pelos mais antigos, sobre a primeira pessoa encontrada no lugar. A senhora nunca mais foi vista, surgindo desse fato, a denominação do lugar de Serra de Dona Inês. Com passar dos anos, em 1943, por força do decreto lei 520, a pequena povoação passou a condição de Vila, pertencente ao município de Bananeiras.

Na divisão administrativa do Brasil, para o quinquênio 1944/48, Dona Inês ainda figurou como distrito de Bananeiras.

A autonomia administrativa ocorreu por força da Lei 2.141, de 19 de junho de 1959, sendo sua instalação oficial em 15 de novembro do mesmo ano, desmembrado de Bananeiras e formando apenas um Distrito, o da Sede, desaparecendo o início do topônimo, ficando com a denominação de Dona Inês.

A comunidade, desde o seu primórdio, pratica a agricultura de subsistência. Entretanto, entre 1955 e 1966, experimentou acentuado crescimento com o cultivo do sisal, cultura que entrou em decadência, quando utilização por produtos sintéticos.

Assim, através de mitos diversos, a história do município de Dona Inês foi construída, fortalecendo os atuais discursos turísticos pela cidade. Como nos mostra o Trabalho de

Conclusão de Curso de Sousa (2022), que nos mostra como atividades de cultivo de algodão foram de extrema importância até 1980 (Sousa, 2022, p. 12). Segundo Sousa (2022, p. 12):

Atualmente o município tem sua base econômica pautada na agricultura familiar, uma atividade muito importante, visto que, gera renda e aumenta as chances de variar o cardápio e o acesso a esses alimentos uma vez que estes sejam vendidos a preços mais acessíveis na feira local. Segundo o IBGE (2019) as principais culturas produzidas nas lavouras permanentes são banana, castanha de caju, côco baía, manga e urucum (sementes) e nas lavouras temporárias batata doce, fava, feijão, mandioca e milho. Quanto à criação de animais no município destacam-se os bovinos, caprinos, suínos e ovinos.

Uma importante fonte de renda para os inesenses é a extração de rocha, de onde muitas famílias tiram seu sustento. O Lajedo da Serra, local onde ocorre essa extração, também conhecido como “pedreira” ou “cajueiro”, está situado próximo ao centro da cidade, e teve sua paisagem modificada ao longo dos anos por essa atividade de mineração.

Outra fonte de renda se dá através do Programa Auxílio Brasil, antigo Bolsa Família, que ameniza questões de vulnerabilidade de algumas famílias no município.

A geógrafa nos mostra como a economia do município foi durante muito tempo a base da cultura e hoje faz parte da riqueza histórica do local. Ainda partindo da autora (Sousa, 2022), os pontos turísticos importantes de Dona Inês são: Cajueiro (ou Lajedo da Pedra) (Sousa, 2022, p. 17), local onde Inês teria sido encontrada com um homem negro e ambos fugidos da escravidão em Pernambuco; Pedra do Letreiro (Sousa, 2022, p. 18) onde podemos encontrar inscrições rupestres que denotam a tempos pré-históricos da história inesense; o Espaço da Memória (Sousa, 2022, p. 19), lugar de visitação no centro da cidade, com biblioteca, casa de taipa e fontes históricas diversas; a Igreja Mãe (Sousa, 2022, p. 21), forçando o turismo religioso e a história local a partir de questionamentos quanto a sua localização, pois fica entre duas ruas, além de diversos locais possíveis de conhecer mais visitando a cidade ou lendo o texto de Sousa (2022). Outro local muito importante para o turismo e a história local é a Capela Cruz da Menina (Sousa, 2022, p. 23), monumento construído na Comunidade Quilombola Cruz da Menina.

Partindo de Gouvêa (2023), a Cruz da Menina é um local de turismo religioso, e essa Cruz da Menina no município de Dona Inês ganha reconhecimentos como outra Cruz da Menina além da constituída em Patos em 1923. Em 1800, a história da Cruz da Menina do município de Dona Inês acontece. Segundo Gouvêa:

A história da Cruz da Menina de Santa Inês está relacionada a um período de seca e ao calvário de uma família formada por pai, mãe e filha de aproximadamente nove anos, que saiu à procura de melhores condições de vida subindo a Serra do Bilingüin, em direção a Dona Inês.

Após longo percurso sobre rochedos castigados pela alta temperatura, com fome e sede, os três pediram água a um morador, que negou a ajuda. Assim, continuaram a caminhar. A criança não resistiu e acabou morrendo, sendo enterrada ao pé da convergência de grandes lajedos, onde um milagre teria acontecido: do alto da serra minou água e, naquele ponto, esse acontecimento, considerado milagroso pelas crenças populares, levou à construção de uma capela, denominada de Cruz da Menina.

Assim, a história dessa família nos dá conhecimento sobre uma Dona Inês ainda mais antiga que aquela marcada no portal da Igreja Mãe da cidade. Cruz da Menina se torna então um território pertencente a comunidade quilombola remanescente, que constrói para si e para a cidade de Dona Inês uma história local negra e orgulhosa de suas produções culturais, levando a história local a novos olhares e lugares. Por isso, vivenciar o território quilombola tem sido ampliar o turismo do município, alimentando um turismo mais ecológico (Sousa, 2022). É este também um tema importante e urgente dentro do ensino de história local. Araújo e Araújo (2017, p. 1), defendem que:

A valorização das tradições dentro do processo educativo é de suma importância para o desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, pois é a partir de uma educação de qualidade que os cidadãos que estão inseridos neste ambiente, outrora sonogados nos Planos de Educação, poderão adquirir uma maior visibilidade, tanto dentro das Comunidades, como nas comunidades externas. Neste sentido, os cidadãos inseridos nas Comunidades Quilombolas terão os seus aspectos tradicionais valorizados e transpassados de uma geração para outra.

Portanto, a história quilombola da Comunidade Cruz da Menina, no município de Dona Inês é algo pertencente a história local, o que pode construir a população inesense um olhar de valorização aos sujeitos negros da história global, nacional, regional e global, além de pertencimento e reconhecimento da negritude local, tendo em vista que nessa comunidade “estão inseridas 50 (cinquenta) famílias” (Araújo e Araújo, 2017, p. 1).

Na cidade de Dona Inês, a cultura local tem sido acentuada perante as produções também locais. Existem bandas com músicas autorais, pintores que marcam atualmente as paredes e paredões ao longo da cidade, assim como escritores. Entre eles, Mariano Ferreira da Costa, cordelista e professor de Dona Inês, que produz literatura de cordel e em muitas delas há inspirações da história local, como nos mostra Araújo (2022) ao analisar o cordel intitulado “Dona Inês. Filha de uma paixão”, escrito por Mariano.

Percebemos então, que a identidade local construída sob a ótica de um ensino de história que presa esses temas leva os sujeitos a buscarem maior aprofundamento sobre si e a relação com a educação que o envolve. Fazendo ir além, como no caso de Araújo (2022), que buscou continuar sua busca pela história de sua cidade através de um artista de sua terra. Isso

nos mostra que o pertencimento cria olhares identitários que (des)continuam a busca pelo saber, fazer e perpetuam o reconhecimento local, de si e do coletivo.

CONCLUSÃO

Ao longo dos anos em que fui graduando em licenciatura em História, juntamente com a fase dos estágios, refleti muito sobre a importância da História e de seu ensino na construção de um reconhecimento de identidade e de como a experiência local, somada as narrativas construídas ao longo do tempo, é capaz de perpetuar uma formação de nós enquanto indivíduos.

Enquanto escrevia este trabalho, inicialmente pensei em como seria importante pensar o próprio conceito de história, porém, entendendo que a história local também é feita sob a história regional, conhecer um pouco da história da Paraíba se fez urgente. E novamente me vi questionando a importância de tudo isso para os alunos, a partir do ensino. Ensinar história local é iniciar o conhecimento tendo como ponto de partida os sujeitos e suas experiências.

Na sala de aula, podemos pedir para que os alunos perguntem a sua família e amigo o que sabem sobre a história de sua cidade, os mitos construídos, os pontos históricos, os povos que durante muito tempo foram esquecidos, assim nos levando a conhecer outros sujeitos e anos mesmos, nos aproximando de histórias que de outra forma talvez não conheceríamos.

A história busca apreender aquilo que os humanos viveram, porém, na sala de aula é extremamente difícil fazer o alunado entender que esses sujeitos que produzem fatos também são eles, seus pais, seus amigos, vizinhos, descendentes, por isso, a história local pode se tornar uma história de afetos, de feitos, de marcas deixadas e as que deixaremos.

Saber como chegamos até aqui é reconhecer como nos construímos, nos formamos e isso pode nos influenciar a pensar para onde iremos. O papel da história é também fazer pensar sobre nossa identidade e qual a relação dela com o que vive em torno. O ensino de história local parte do eu para conhecer o nós, mas também do coletivo para (re)construir o individual. Partindo do micro conhecemos o macro, ou seja, iniciamos com a história local para reconhecer o regional, o nacional, o global, entendendo todos como interligados pelo fazer humano.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Antonelles Michael Pereira de; ARAÚJO, José Aelson de. Direito a educação quilombola na comunidade Cruz da Menina – Dona Inês. **II CONIDH – Congresso Internacional de Direitos Humanos**. 2017, p. 1-3.

ARAÚJO, Maria Renale de Melo. **Um estudo sobre a origem e a cultura do município de Dona Inês através do Cordel “Dona Inês. Filha de uma paixão” de Mariano Ferreira da Silva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Guarabira, 2022.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. Nas teias da história global, descortina-se a história local: Experiências na pesquisa e na produção didática. In: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega et al. (Org.). **Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010. p. 211-223.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

BOURDIN, Alain. **A questão do local**. Trad. Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2020.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e História local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, v. 7, nº 13, 2018, p. 272-292. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/393/271>. Acesso em: 12 mai.2024.

DANTAS, Fabiana Alves. **A produção de uma história local: concepções de história e memória na obra de Celestino Alves**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2021.

DIEHL, Astor Antônio. História, Teoria da História e Culturas Historiográficas: Entrevista com Astor Antônio Diehl. **Saeculum**, João Pessoa, v.21, p. 219-232, jul./dez. 2009.

Dona Inês. **Destino Brejo**. Disponível em: <https://brejoparaibano.com.br/cidades/dona-ines/> Acesso em: 12 mai. 2024.

Dona Inês. **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/dona-ines/historico>. Acesso em: 12 mai. 2024.

GOUBERT, Pierre. História Local. **Revista Arrabaldes**, Petrópolis, v. 1, n. 1, mai./ago. 1988, p. 69-82.

GOUVÊA, Hilton. Uma outra Cruz da Menina. **A União**. 30 out. 2023. Disponível em: https://auniaio.pb.gov.br/noticias/caderno_diversidade/uma-outra-cruz-da-menina. Acesso em: 12 mai. 2024.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. Um panorama da província da Parahyba. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz; LIMA, Damião de (Orgs.). **Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos**. Campina Grande: EDUEPB, 2021, p. 95-100.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana: (1889 – 1945). In: SILVEIRA, Rosa Godoy da. Et all (org.). **A Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

GURJÃO, Eliete de Queiroz; LIMA, Damião de (Orgs.). **Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos**. Campina Grande: EDUEPB, 2021.

História do Município de Dona Inês – PB. **Webnode**. Disponível em: <https://prefeitura-de-dona-ines.webnode.page/historico/historia-do-municipio-de-dona-in%C3%AAs/> Acesso em: 12 mai. 2024.

MELO, José Octávio de A.; RODRIGUES, Gonzaga. **Paraíba – Conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Edições Grafset, 1993.

MELO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. Urbanização e desenvolvimento na Paraíba do início do século. In: MELO, José Octávio de A.; RODRIGUES, Gonzaga. **Paraíba – Conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Edições Grafset, 1993, p. 150-152.

OCTÁVIO, José. Uma introdução à moderna História da Paraíba (I) – estrutura de poder e política. In: MELO, José Octávio de A.; RODRIGUES, Gonzaga. **Paraíba – Conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Edições Grafset, 1993, p. 156-162.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. República Velha e Oligarquias na Paraíba. In: MELO, José Octávio de A.; RODRIGUES, Gonzaga. **Paraíba – Conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Edições Grafset, 1993, p. 145-149.

SANTANA, Maria Aparecida Teixeira. GUISSO, Luana Frigulha. A história local como contribuição para a formação dos discentes. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 10, Vol. 13, pp. 56-89. Outubro de 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/formacao-dos-discentes>. Acesso em 12 mai. 2024.

SANTOS, Camila Farias da Silva. **Ensino de geografia e cultura local: a formação da Comunidade Quilombola Cruz da Menina – Dona Inês/PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Guarabira, 2022.

SILVA, Maria José da. **Mulheres quilombolas: trajetórias de luta no território tradicional de Cruz da Menina, Dona Inês-PB**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2022.

SOUSA, Luciana Galvão de. **Potencialidades turísticas no município de Dona Inês-PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Guarabira, 2022.